

A casa dividida

GERALDO FORBES

O Congresso, pelo voto do Senado, manteve o veto do presidente Fernando Collor à lei que previa o reajuste mensal de salários. Este fato, contudo, não encerra a questão. É até possível que acirre os ânimos sindicais a aumente o fosso que hoje separa o governo da oposição. Nada mais indesejável.

O Executivo escolheu como prioridade absoluta o combate à inflação. Relegou, o que é ruim, quase todo o resto a segundo plano e vem se dedicando obsessivamente a essa tarefa.

É nesta estratégia que se insere a sua recusa em aceitar a correção de salários. A indexação generalizada é a principal engrenagem do moto contínuo das pressões inflacionárias. A expectativa é que, paralisada esta peça, a geringonça engripe. A ver. Mesmo porque esse mesmo governo ainda não acabou com a indexação de seus créditos e vem alterando todos os dias o BTN fiscal.

Por outro lado, é lógico que, por persistir os aumentos de preços, os trabalhadores que não tiveram seus salários corrigidos estão enfrentando enormes dificuldades. Não há exagero quando a oposição diz que está ocorrendo um terrível arrocho salarial. Como não há exagero no dramático relatório do Banco Mundial sobre a crescente pauperização do brasileiro.

Se este é o quadro, pergunta-se quem está certo: governo ou oposição? Bem, é muito possível que ambos estejam certos: o governo em rejeitar peremptoriamente a indexação e a oposição em querer proteger o trabalhador empobrecido. E é por isto, entre outras coisas, que é indesejável a ruptura entre os dois lados.

Se estamos hoje em situação melhor do que nos últimos meses da sarneicada, é certo também que estamos ainda muito longe de poder dizer que o pior já passou e que o País está reorganizado. A inflação de 10% ao mês é ainda altíssima, o desemprego está aí e a recessão ronda as portas das indústrias e do comércio. Isto só para lembrar os maiores problemas econômicos, que a crise iraquiana tende a agravar.

Já se tem dito e repetido que a reestruturação do País devas-

tado é coisa para muitos anos de trabalho. Todos estão convocados para a guerra nacional contra a miséria e o atraso. Nenhum homem bom duvida disto, embora possa haver, com há, divergências sobre a melhor política para se alcançar o objetivo comum.

Agora, se logo nos primeiros movimentos governo e oposição decidem se guerrear sem quartel, é claro que ao conflito radical e excludente dos adversários políticos sobrevirá o fracasso geral.

Nesta hora tão grave é preciso comedimento. O governo não pode pensar que a oposição quer destruí-lo e ao seu plano, quando ela quer amenizar a sorte dos trabalhadores; e a oposição não pode pensar que o governo quer arruinar os assalariados, quando ele pretende impedir a retomada da inflação. Governo e oposição não podem achar que só um sabe e está certo e que o outro está sempre errado.

Se a arrogância do Executivo e o oportunismo do Legislativo prevalecerem, ganham os ultra-radicalistas, a ala terrorista da CUT, os incendiários dos sindicatos que pedem reajustes exorbitantes e os agiotas e empresários que vivem da inflação. Perde o País.

Por isso, é imprescindível um entendimento de alto nível entre o governo e a oposição para evitar um confronto desastroso que paralisaria a nação e anularia os sacrifícios já feitos. O importante é repartir melhor os novos sacrifícios e poupar os trabalhadores. Não é possível nem justo lançar todo o custo do ajuste nos ombros dos assalariados e aí a oposição está mais do que certa.

Há muitas avenidas a se explorar, desde que não sejam barricadas pelo sectarismo improdutivo. Uma que, por dever de justiça, tem de ser debatida é a do aumento dos impostos sobre ganhos financeiros. Desde que os ativos financeiros dos grandes grupos escaparam do congelamento, impõe-se que Congresso e administração se unam para impedir que as presentes dificuldades financeiras e os altos juros resultem em um festival de lucros para os detentores de moeda. É simplesmente inaceitável a convivência dos salários de fome com os fabulosos balan-

ços dos bancos, como também é inadmissível a cínica confusão entre livre mercado e a licença para roubar, tomada pelas empresas dos muitos setores cartelizados.

É no lançamento de impostos sobre lucros financeiros circunstanciais e na repressão dos abusos da libertinagem econômica que governo e oposição podem encontrar um campo comum, na luta por melhores salários com pouca inflação. Se as duas partes não tiverem essa consciência de suas mútuas responsabilidades no enfrentamento da crise nacional, não serão dignas de seus mandatos.

E podem se preparar para sair de baixo. Dividida, a casa cai.

NOTAS

1. O programa de privatização, se bem conduzido, pode marcar um momento importante na modernização do País. Para isto é preciso que venha induzir o capitalismo popular, tornando acionistas das empresas privatizadas o maior número possível de cidadãos. Reversamente, será um desastre para o programa e para o País se a venda das estatais se der em circuito fechado, como privilégio para poucos. Como até hoje tem sido o caso — vide Aracruz — nas privatizações do BNUDES.

2. Partidários e adversários do senhor Mário Covas reconhecem a sua integridade pessoal. Em nosso ambiente político é coisa rara e no extremo oposto situam-se alguns dos grandes favoritos das próximas eleições, como o senhor Paulo Maluf, que não é exatamente conhecido pelo seu amor à verdade, ou pelo seu caráter reto. Entretanto, o senhor Covas não pode confundir honestidade com teimosia. No segundo turno das eleições presidenciais, ele apoiou o senhor Luiz Inácio Lula da Silva. O que se cobra dele não é essa (má) escolha naquele momento. Agora, o que se quer é saber, independentemente de comparações com o senhor Collor, se ele ainda acha que um governo de Lula, PT e PDT seria bom para o Brasil. Quer-se saber, em suma, se o senhor Covas modernizou-se e mudou com o mundo. É isto.